

- 1. BELFORD ROXO**
- 2. VASSOURAS**
- 3. PIRAÍ**
- 4. NATIVIDADE**
- 5. ITAGUAÍ**
- 6. MAGÉ**
- 7. TRAJANO DE MORAES**
- 8. RESENDE**
- 9. ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**
- 10. ITABORAÍ**
- 11. TANGUÁ**
- 12. RIO DAS OSTRAS**
- 13. SÃO JOSÉ DE UBÁ**
- 14. SÃO JOÃO DA BARRA**

LEGISLAÇÕES APRESENTADAS PELOS MUNICÍPIOS

1. BELFORD ROXO

12/03/18

Responsável pela Informação: Gilson de Souza / Secretário de Vigilância Sanitária de Belford Roxo	
1	Decreto Municipal nº 1.729/2002 que Regulamenta a Lei nº 345 de 1995 - CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO - Legislação Geral
2	Roteiros de Inspeção (a serem publicados)

2. VASSOURAS

12/03/18

Responsável pela Informação: Divisão de Vigilância Sanitária	
Legislações que norteiam o trabalho da Fiscalização Sanitária pertinentes a Farmácias e Drogarias, Farmácias de Manipulação, Distribuidoras e comércio de Cosméticos e Saneantes. Não possuem Distribuidora de Medicamentos no município.	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
2	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
3	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
4	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
6	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
7	RDC nº 22 de 29/04/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.
8	RDC nº 50 de 25/09/2014 - Medidas de controle de substâncias anorexígenas.
9	Lei Ordinária nº 4.663/2005.

3. PIRAI

10/03/18

Responsável pela Informação: Farmacêutico Edmar Felipe Fonseca da Silveira - Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
2	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
3	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
4	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5	Lei nº 5.726/10 - Fica assegurada às farmácias e drogarias manterem ao alcance de usuários medicamentos isentos de prescrição médica .
6	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
7	RDC nº 58/14 de 10/10/14 - Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência.
8	Lei nº 13.021/14 de 8/08/14 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
9	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
10	RDC nº 358 de 29/04/05 - Dispõe sobre o Tratamento e a Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO	
11	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
12	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
13	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
14	RDC nº 358 de 29/04/05 - Dispõe sobre o Tratamento e a Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde e dá outras providências.

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS, SANEANTES, PRODUTOS PARA SAÚDE, ETC.	
15	RDC nº 59 de 27/06/00 - Boas Práticas de fabricação para estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos médicos, de forma a garantir a qualidade dos processos e o controle dos fatores de risco à saúde do consumidor, com base nos instrumentos harmonizados no Mercosul.
16	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
17	RDC nº 358 de 29/04/05 - Dispõe sobre o Tratamento e a Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
18	RDC nº 54 de 13/10/13 - Dispõe sobre a implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos e dá outras providências.
19	RDC nº 16 de 1/04/14 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

4. NATIVIDADE

13/03/18

Responsável pela Informação: Ana Paula	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
2	Decreto nº 74.170 de 10/06/74
3	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
5	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
6	Portaria nº 3.214 de 08/06/1978 - NR 6
7	Portaria nº 3.214 de 08/06/1978 - NR 9
POSTOS DE MEDICAMENTOS	
8	Portaria nº 105/93 - Registo de Postos de Medicamentos
FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO	
9	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.

10 CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL: Lei nº 268/2003

5. ITAGUAÍ

13/03/18

Responsável pela Informação: Cristiane Feijó G. Brigeiro / Farmacêutica - VISA Itaguaí	
LEGISLAÇÕES GERAIS (atividades descentralizadas na área de medicamentos)	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Dispõe sobre controle Sanitário do Comércio de Drogas, Insumos Farmacêuticos e Correlatos.
2	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
3	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
4	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
6	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
7	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
8	Resolução SES nº 1.480 de 27/12/16 - Aprova relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária e dá outras providências no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS / FARMÁCIAS SEM MANIPULAÇÃO / DROGARIAS E FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO	
9	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
10	Lei nº 13.021/14 de 8/08/14 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
11	RDC nº 22 de 29/04/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS / (FARMÁCIAS SEM MANIPULAÇÃO / DROGARIAS)	
12	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS / (FARMÁCIAS COM MANIPULAÇÃO)	
13	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais

	para Uso Humano em farmácias.
LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS / (DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS, SANEANTES, PRODUTOS PARA A SAÚDE)	
14	Portaria nº 802 de 8/10/98 - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos (produção, distribuição, transporte e dispensação).
15	RDC nº 16 de 1/04/14 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

6. MAGÉ

14/03/18

Responsável pela Informação: Dr. Carlos Alberto de Moraes Nogueira / Biomédico Sanitarista Farmacologista / Coordenador VISA Magé RJ.	
FARMÁCIAS E DROGARIAS; FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO; DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS, SANEANTES, PRODUTOS PARA A SAÚDE; ETC.	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
2	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
3	Lei nº 9.782/99 de 26/01/99 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a ANVISA, e dá outras providências.
4	Decreto nº 8.077/13 de 6/04/13 - Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.
5	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
6	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
7	RDC nº 222 de 28/12/06 - Dispõe sobre os procedimentos de petição e arrecadação eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dá outras providências.
8	RDC nº 76/08 - Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 222, de 28 de dezembro de 2006.
9	RDC nº 25 de 29/03/07 - Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade e de armazenamento de medicamentos.
10	RDC nº 10 de 21/03/11 - Dispõe sobre a garantia da qualidade de medicamentos importados e dá outras providências.

11	RDC nº 32 de 05/07/11 - Dispõe sobre os critérios técnicos para a concessão de Autorização de Funcionamento de empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais.
12	RDC nº 16 de 1/04/14 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

7. TRAJANO DE MORAES

19/03/18

Responsável pela Informação: Saulo Pacheco. Chefe da Vigilância Sanitária	
FARMÁCIAS E DROGARIAS, FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO E DISTRIBUIDORAS	
1	Lei Municipal nº 331 - 21/02/ 1998.
2	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
3	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
5	Lei nº 11.334 - 23/08/2006
6	Lei nº 11.951 - 24/06/2009
7	Decreto nº 74.170 - 10/06/1974
8	Decreto nº 5.775 - 10/05/2006.
9	Portaria nº 12/05/1998.
10	Portaria nº 802 de 8/10/98 - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos (produção, distribuição, transporte e dispensação).
11	Portaria nº 6 de 29/01/99 - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
12	RDC nº 320 de 22/11/2002 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas distribuidoras de produtos farmacêuticos somente efetuarem transações comerciais e operações de produtos farmacêuticos, por meio de notas fiscais que contenham obrigatoriamente os números dos lotes dos produtos nelas constantes e notificar a autoridade sanitária competente, de imediato, quaisquer suspeitas de alteração, adulteração, fraude, falsificação ou roubo dos produtos que distribuam.
13	RDC nº 80 de 11/05/06 - Fracionamento de medicamentos.
14	RDC nº 27 de 30/03/2007 - Dispõe sobre o sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados - SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências.
15	RDC nº 58 de 05/09/2007 - Dispõe sobre o aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas e dá outras providências.

16	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
17	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
18	RDC nº 59 de 24/11/2009 - Dispõe sobre a implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e definição dos mecanismos para rastreamento de medicamentos, por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados e dá outras providências.
19	RDC nº 01 de 13/01/2010 - Dispõe sobre os critérios para peticionamento de Concessão, Renovação, Cancelamento a pedido, Alteração, Retificação de Publicação e Reconsideração de Indeferimento da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) dos estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias.
20	RDC nº 44 de 26/10/2010 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências.
21	RDC nº 17 de 22/03/2012 - Dispõe sobre a alteração da resolução da diretoria colegiada - RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos de petição e arrecadação eletrônica no âmbito da agência nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e dá outras providências.
21	IN nº 09 de 17/08/2009 - Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.
23	IN nº 10 de 17/08/2009 - Aprova a relação dos medicamentos isentos de prescrição que poderão permanecer ao alcance dos usuários para obtenção por meio de auto-serviço em farmácias e drogarias.

8. RESENDE

23/03/18

Responsável pela Informação: Madalena Maurício / Assistente Administrativo	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	Lei Municipal de nº 2.131/1999 - Dispõe sobre a defesa e proteção à saúde individual e coletiva, no tocante aos aspectos de Engenharia Sanitária; da produção, circulação e comercialização de bens e produtos e da prestação de serviços de interesse da saúde no Município de Resende.
2	Decreto Municipal nº 025/1999 - Regulamenta o Código Sanitário Municipal.
3	Decreto Municipal nº 8.227/2014 - Aprova relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária no âmbito do município de Resende e dá outras providências.
4	Lei Municipal nº 3209/2015 - Obriga Farmácias e Drogarias a manterem recipientes para descarte de medicamentos na cidade de Resende e dá outras providências.

5	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
6	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
7	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
8	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
9	Portaria nº 6 de 29/01/99 - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
10	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
11	RDC nº 80 de 11/05/06 - Fracionamento de medicamentos.
12	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
13	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
14	RDC nº 41 de 26/07/12 - Altera os artigos 40 e 41 da RDC nº44/2009 – Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's) poderão permanecer ao alcance dos usuários para obtenção por meio de autosserviço no estabelecimento e outras providências.
15	RDC nº 22 de 29/04/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.

DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E PRODUTOS PARA SAÚDE

16	Lei Municipal de nº 2.131/1999 - Dispõe sobre a defesa e proteção á saúde individual e coletiva, no tocante aos aspectos de Engenharia Sanitária; da produção, circulação e comercialização de bens e produtos e da prestação de serviços de interesse da saúde no Município de Resende.
17	Decreto Municipal nº 025/1999 - Regulamenta o Código Sanitário Municipal.
18	Decreto Municipal nº 8.227/2014 - Aprova relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária no âmbito do município de Resende e dá outras providencias.
19	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
20	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
21	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas,

	e dá outras providências.
22	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
23	Portaria nº 6 de 29/01/99 - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
24	Portaria nº 802 de 8/10/98 - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos (produção, distribuição, transporte e dispensação).
FARMÁCIAS COM MANIPULAÇÃO	
25	Lei Municipal de nº 2.131/1999 - Dispõe sobre a defesa e proteção á saúde individual e coletiva, no tocante aos aspectos de Engenharia Sanitária; da produção, circulação e comercialização de bens e produtos e da prestação de serviços de interesse da saúde no Município de Resende.
26	Decreto Municipal nº 025/1999 - Regulamenta o Código Sanitário Municipal.
27	Decreto Municipal nº 8.227/2014 - Aprova relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária no âmbito do município de Resende e dá outras providencias.
28	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
29	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
30	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
31	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
32	Portaria nº 6 de 29/01/99 - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

9. ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

19/03/19

Responsável pela Informação: Paulo Cesar da Silva Lemos / Coordenador de Vigilância Sanitária	
1	O município de Engenheiro Paulo de Frontin não tem nenhuma legislação municipal voltada para as áreas citadas.

10. ITABORAÍ

26/03/18

Responsável pela Informação:	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
2	RDC nº 41 de 26/07/12 - Altera os artigos 40 e 41 da RDC Nº44/2009 - Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) poderão permanecer ao alcance dos usuários para obtenção por meio de autosserviço no estabelecimento e outras providências.
3	Instrução Normativa - IN nº 9, de 17 de agosto de 2009.
4	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
5	RDC nº 17 de 28/03/13 - Dispõe sobre os critérios para peticionamento de autorização de funcionamento (AFE) e de autorização especial (AE) de farmácias e drogarias.
6	RDC nº 22 de 29/04/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.
7	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
8	RDC nº 133 de 15/12/16 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.
9	RDC nº 50 de 25/09/2014 - Medidas de controle de substâncias anorexígenas.
10	RDC nº 58 de 05/09/2007 - Dispõe sobre o aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas e dá outras providências.
11	RDC nº 197 de 26/12/17 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.
12	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
13	RDC nº 307 de 14/11/02 - Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
14	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.

15	Lei Federal nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.
16	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
17	Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.
18	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
19	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
20	Lei nº 13.021 de 8/08/14 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
21	NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
22	Decreto Municipal nº 83 de 27/08/07.
FARMÁCIAS COM MANIPULAÇÃO	
23	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
24	RDC nº 87 de 21/11/08 - altera o regulamento técnico sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias.
25	RDC nº 21 de 20/05/09 - altera o item 2.7, do anexo III, da Resolução RDC nº 67 de 8/10/07.
26	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
27	RDC nº 17 de 28/03/13 - Dispõe sobre os critérios para petição de autorização de funcionamento (AFE) e de autorização especial (AE) de farmácias e drogarias.
28	RDC nº 22 de 29/04/2014 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC.
29	RDC nº 306/04 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
30	RDC nº 133 de 15/12/16 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.
31	RDC nº 50 de 25/09/2014 - Medidas de controle de substâncias anorexígenas.
32	RDC nº 58 de 05/09/2007 - Dispõe sobre o aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas e dá outras providências.
33	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
34	RDC nº 307 de 14/11/02 - Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de

	estabelecimentos assistenciais de saúde.
35	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
36	Lei Federal nº 13043, de 13 de novembro de 2014.
37	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
38	Lei Federal nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.
39	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
40	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
41	NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
42	NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
43	NR 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI.
44	Decreto Municipal nº 83, de 27 de agosto de 2007.
DISTRIBUIDORAS	
GERAL	
45	RDC nº 16 de 1/04/14 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.
46	RDC nº 306 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
47	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
48	RDC nº 307 de 14/11/02 - Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
49	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
50	Lei Federal nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.
51	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
52	Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.
53	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
54	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
55	NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
56	NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

57	Decreto Municipal nº 83 de 27/08/07.
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	
58	Portaria nº 802 de 8/10/98 - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos (produção, distribuição, transporte e dispensação).
59	RDC nº 25 de 29/03/07 - Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade e de armazenamento de medicamentos.
60	RDC nº 320 de 22/11/02 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas distribuidoras de produtos farmacêuticos somente efetuarem transações comerciais e operações de produtos farmacêuticos, por meio de notas fiscais que contenham obrigatoriamente os números dos lotes dos produtos nelas constantes e notificar a autoridade sanitária competente, de imediato, quaisquer suspeitas de alteração, adulteração, fraude, falsificação ou roubo dos produtos que distribuam.
61	RDC nº 17 de 16 /04/10 - Dispõe sobre as Boas práticas de fabricação de medicamentos.
DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS	
62	RDC nº 48 de 25/10/13 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, e dá outras providências.
DISTRIBUIDORA DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	
63	RDC nº 47 de 25/10/13 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências.
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE	
64	RDC nº 16 de 28/03/13 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências.
65	Instrução Normativa/ANVISA - IN nº 08, de 26 de dezembro de 2013.

11. TANGUÁ

23/03/18

Responsável pela Informação: Esteliane Rosa Lopes / Farmacêutica Fiscal Sanitária	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	Lei nº 592 de 27/03/07 - Institui o Código Sanitário do Município de Tanguá. Dispõe sobre normas relativas à saúde e à vigilância sanitária no município de Tanguá, estabelece penalidades e dá outras providências.
2	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
3	RDC nº 302 de 13/10/05 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.
4	Resolução SES nº 213 de 4/01/12 - Aprova a relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

5	RDC nº 50 de 21/02/02 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (Possui alterações).
6	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.
7	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
8	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
9	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
10	RDC nº 63 de 25/11/11 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.
11	Resolução nº 499 de 17/12/08 - Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.

12. RIO DAS OSTRAS

19/03/18

Responsável pela Informação: Nelci Nascimento da Silveira	
1	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
2	RDC nº 80 de 11/05/06 - Fracionamento de medicamentos.
3	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
4	RDC nº 16 de 1/04/14 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.
5	RDC nº 67 de 08/10/2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
6	Lei nº 6.437 de 20/08/77 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS - não realizamos inspeção.	
DISTRIBUIDORAS DE PRODUTOS PARA A SAÚDE e realizada pela Enfermeira e/ou Odontólogo.	
DISTRIBUIDORAS DE COSMÉTICOS E SANEANTES	
7	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.

13. SÃO JOSÉ DE UBÁ

28/03/18

Responsável pela Informação: Annamélia Conceição da Cunha / Responsável pela VISA	
FARMÁCIAS E DROGARIAS	
1	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
2	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
3	RDC nº 20 de 5/05/11 - Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO	
4	Não temos esse tipo de estabelecimento no município.
DISTRIBUIDORAS	
5	Portaria nº 802 de 8/10/98 - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos (produção, distribuição, transporte e dispensação).
6	RDC nº 39/13 de 14/03/13
7	Lei nº 6.360 de 20/08/76 - Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, saneantes e outros.

14. SÃO JOÃO DA BARRA

20/03/18

Responsável pela Informação: Rayster Gonçalves Spala	
1	Lei nº 5.991 de 17/12/73 - Controle sanitário do comércio de drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.
2	Decreto nº 74.170 - 10/06/1974.
3	Lei 6839/80.
4	Portaria nº 344 de 12/05/1998 - Regulamento Técnico sobre substâncias controladas.
5	RDC nº 306/04 de 07/12/04 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
6	RDC nº 44 de 17/08/09 - Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
7	RDC nº 17 de 28/03/13 - Dispõe sobre os critérios para peticionamento de autorização de funcionamento (AFE) e de autorização especial (AE) de farmácias e drogarias.
8	Portaria 06/99 - Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12 de maio de 1998 que institui o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos, sujeitos a controle especial.
9	RDC nº 27 de 30/03/2007. Dispõe sobre o sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados - SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências.
10	RDC nº 80 de 11/05/06 - Fracionamento de medicamentos.
11	RDC nº 58/08.